



DISTRITO FEDERAL

Ministro Luiz Marinho participa de Encontro com os Sindicalistas do DF

Evento tem objetivo de fomentar a troca de experiências, alinhamento de visões e fortalecer ainda mais o movimento sindical



Foto: Matheus Damascena - ASCOM/MTE

Um panorama atualizado do mundo do trabalho, com foco nos trabalhadores e nos sindicatos, pelas diversas óticas, marcou o “Encontro com os Sindicalistas – Desafios e Perspectivas do Movimento Sindical no Brasil”, nesta terça feira, no teatro dos Bancários, Asa

Sul, em Brasília (DF).

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou dos debates como convidado especial, que contou com a presença de José Lopes Feijó, secretário de Relações do Trabalho, do Ministério da Gestão

e Inovação em Serviços Públicos (MGI); do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), Rodrigo Rodrigues, do presidente do Partido dos Trabalhadores (PT/DF), José Afonso, e da diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Rosilene Correia. A deputada Erica Kokay (PT/DF) marcou presença na atividade.

Luiz Marinho fez um balanço das principais ações desenvolvidas em 16 meses de sua gestão à frente do Ministério do Trabalho e Emprego e trajetória do movimento sindical no Brasil desde o fim dos anos 80 até hoje, ressaltando as principais conquistas dos trabalhadores. “Temos uma história vitoriosa, marcada por muita luta para a conquista de direitos”, lembrou Marinho. Segundo ele, o momento atual é de grandes desafios e exigirá muito mais dos trabalhadores para a manutenção das conquistas. Na avaliação do ministro, muitas das mudanças no mundo do trabalho foram contra a classe trabalhadora e o povo brasileiro.

O evento, promovido pelo deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF), reuniu sindicalistas de mais de 50 categorias da região do DF. O objetivo foi fomentar a troca de experiências, alinhamento de visões e fortalecimento do movimento sindical.

“Estamos vivendo uma das conjunturas mais difíceis na área do trabalho no Brasil”, afirmou Vigilante, que foi o mediador dos trabalhos. Segundo ele, o perfil conservador e liberal do Congresso Nacional não tem nenhuma preocupação com as necessidades dos trabalhadores. “O mundo do trabalho paga um preço duro pela desastrosa reforma trabalhista aprovada em 2017”, avaliou Vigilante. Na avaliação dele, é fundamental conscientizar a classe trabalhadora da gravidade desse momento. “Temos que nos unirmos para enfrentar os desafios”, disse Vigilante. O parlamentar lembrou que a democracia é uma planta muito frágil e precisa ser bem cuidada.

A diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Rosilene Côrrea, destacou que a classe trabalhadora não deve perder a sua capacidade de representação. “Estamos em fase de restabelecer tudo isso. Temos que enfrentar o debate, não podemos perder a possibilidade desse Brasil continuar evoluindo, se desenvolvendo”, disse ela. Temos que escancarar que nós fazemos parte do todo e podemos contribuir com a busca de soluções, completou ela.

“Temos que pensar o quanto o movimento sindical é importante como termômetro de uma sociedade verdadeiramente democrática”, afirmou José Lopes Feijó, secretário de Relações do Trabalho do MGI. Segundo ele, não foi à toa que os governos pós-golpe atacaram os movimentos sindicais pesadamente, isso porque o movimento sindical forte enfrenta as ditaduras. “Não podemos esquecer que nós vivemos recentemente um período de autoritarismo e uma parcela importante da nossa sociedade foi conquistada pelo pensamento de extrema direita em todos os segmentos”, lembrou Feijó.

Rodrigo Rodrigues, afirmou que hoje mais da metade dos trabalhadores brasileiros estão na informalidade. “A reforma trabalhista foi muito pesada para os trabalhadores”, disse ele. Rodrigues avalia que, da perspectiva do movimento sindical, existem algumas coisas que precisam ser revistas. “O fim da lucratividade coloca uma faca no pescoço dos sindicatos, que têm de negociar a qualquer custo para fechar um acordo coletivo, muitas vezes tendo que entregar algum direito, do contrário, perderia muitas dessas negociações”, explicou. Para ele, apesar de todos os ataques, os movimentos sociais e sindicais ainda continuam tendo peso”, ressaltou o presidente da CUT.

Fonte: ASCOM/MTE

PCDF treina chefes de segurança de shopping centers do Distrito Federal



Na manhã desta quarta-feira (24), a Escola Superior de Polícia Civil (ESPC), o Instituto de Criminalística (IC), o Instituto de Identificação (II), a Coordenação de Crimes Patrimoniais (Corpatri) e a Divisão de Inteligência da PCDF realizaram um treinamento com os chefes de segurança dos principais shoppings centers do Distrito Federal.

O treinamento teve como objetivo estreitar as relações entre as instituições privadas e a Polícia Civil do DF, aprimorando técnicas de atuação em crimes patrimoniais e outras modalidades criminosas ocorridas nos estabelecimentos.

Foram ministradas palestras relacionadas a técnicas periciais utilizadas pela PCDF para identificação de criminosos, bem como estratégias de investigação voltadas para crimes ocorridos em shopping centers.

Recentemente, criminosos oriundos de outros países realizaram uma série de crimes contra estabelecimentos localizados em shoppings do DF, fazendo surgir a necessidade desse treinamento.

Participaram do treinamento 41 chefes de segurança de shopping centers.

FONTE: Assessoria de Comunicação -
Ascom/DGPC

Roriz Neto apresenta projeto para ampliar a contratação de vigilantes

Proposta possibilita a utilização de emendas para a contratação de vigilância para atuar em escolas, unidades de saúde, restaurantes comunitários e demais prédios públicos



Aumentar a segurança no Distrito Federal é uma das preocupações do deputado Joaquim Roriz Neto (PL). Com o objetivo de combater a violência, o parlamentar apresentou projeto de Lei possibilitando a contratação de vigilância privada com recursos disponibilizados por meio de emenda parlamentar, auxiliando, desta forma, o Poder Executivo na missão de proteger a comunidade.

Na última semana, um homem de 60 anos foi assassinado na fachada na fila do Restaurante Comunitário do Recanto das Emas. Roriz Neto destaca a insuficiência de vigilância como um dos elementos facilitadores para a execução do crime que, de acordo com a Polícia, não teve motivo aparente e foi cometido durante surto, por parte do assassino.

“As forças de segurança do DF vivem uma crise de efetivo que há muitos anos preocupa não só a população, mas os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Sabemos dos esforços do governador em abrir novos concursos, mas também compreendemos que os prazos são longos, principalmente por tratar-se da contratação de servidores para proteger nossa cidade e nossas famílias”, destaca o deputado.

Roriz Neto afirma que ao possibilitar a contratação de vigilância utilizando os recursos oriundos das emendas, será possível reduzir parte do gargalo da segurança pública, evitando tragédias como o assassinato em frente a um equipamento público no Recanto das Emas.

“Sabemos que uma equipe de vigilância jamais substituirá o trabalho dos nossos policiais. Mas precisamos reforçar a segurança em locais como os rorizões, as escolas, o metrô, as unidades de saúde e demais estruturas do Estado. É mais uma precaução para garantir a paz social no Distrito Federal”, completa.

O Projeto de Lei 1074/2024 foi protocolado e segue para tramitação na Câmara Legislativa. Caso aprovado, será enviado para apreciação pelo governador.

FONTE: Conectado ao Poder

CRA vai debater autorização de porte de arma de maior calibre para vigilância rural



Autor do requerimento, Faro (em pé) conversa com Rick, que assina o projeto e preside a CRA Marcos Oliveira/Agência Senado

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou a realização de audiência pública para debater o projeto de lei que inclui, entre as armas de fogo de porte permitido por vigilantes em área rural, as de calibres 5,56 mm e 7,62 mm. Após a realização do debate, em data a ser definida pela comissão, o PL 6.140/2023 será submetido a votação no colegiado.

O texto seria votado na CRA nesta quarta-feira (24), mas foi retirado de pauta após aprovação de requerimento do senador Beto Faro (PT-PA) para realização do debate. Depois de ser examinado na CRA, a matéria será encaminhada à Comissão de Segurança Pública (CSP), onde será apreciado em caráter final.

O projeto é de autoria do senador Alan Rick (União-AC), presidente da CRA, que o apresentou com a finalidade de “dotar as zonas rurais com

meios apropriados de defesa”, conforme a justificativa da proposição. O texto altera a Lei 7.102, de 1983, que rege os serviços particulares de vigilância, para ampliar a lista de calibres de uso permitido por vigilantes “quando em serviço de proteção de área rural”.

— Como é um tema que cria divergências, sugiro requerimento extrapauta pedindo audiência pública para debater o assunto, para depois fazermos a votação do projeto na comissão — explicou Faro ao solicitar a realização do debate.

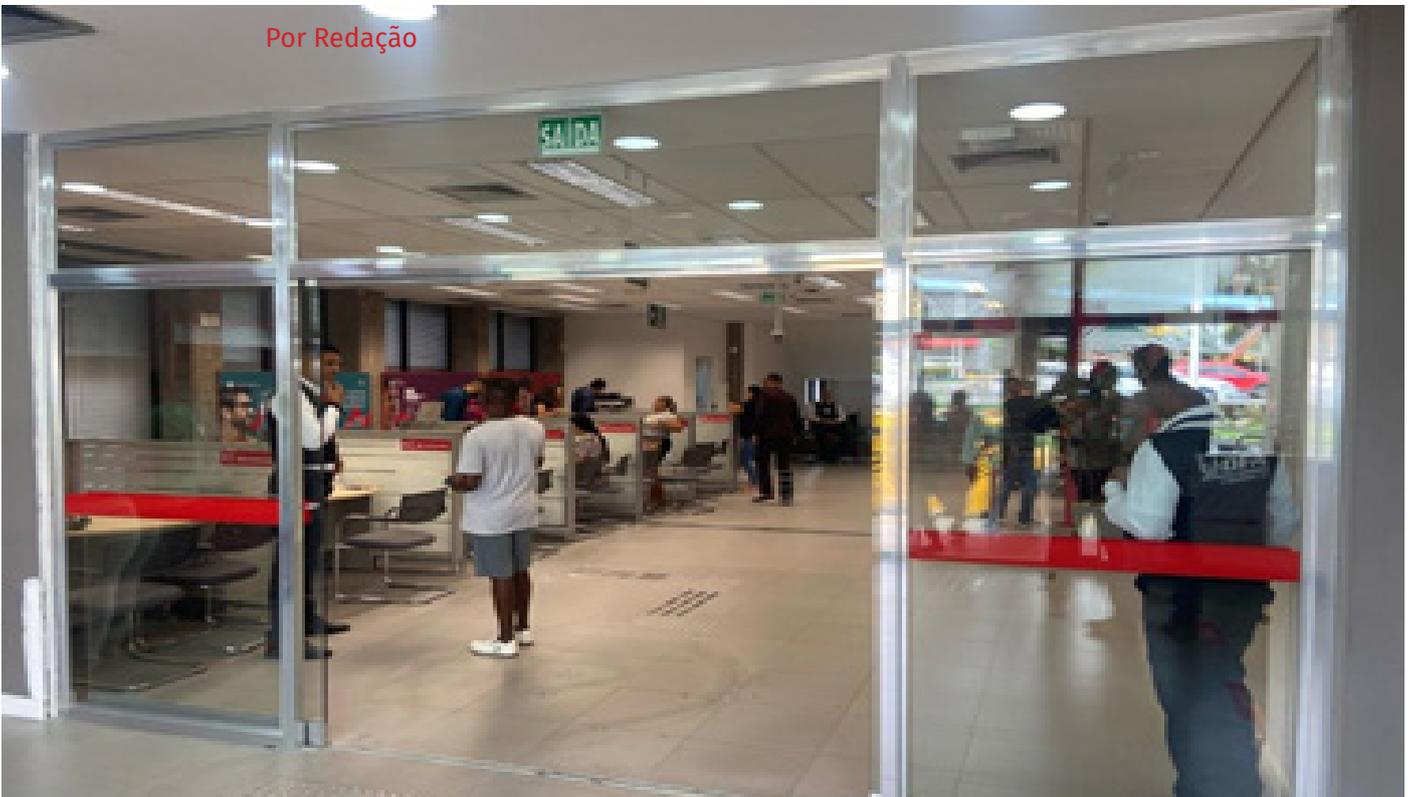
A audiência pública deverá contar com representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Comissão Pastoral da Terra de Marabá (PA). Outros dois representantes serão indicados pela CRA.

Fonte: Agência Senado

Santander não dá a mínima para a segurança bancária

O Santander não dá a mínima para a segurança de clientes e funcionários. A empresa segue retirando as portas giratórias e os vigilantes das agências. Total descaso com a população. Agora, foi a vez da unidade da avenida Tancredo Neves perder o equipamento.

Por Redação



O Santander não dá a mínima para a segurança de clientes e funcionários. A empresa segue retirando as portas giratórias e os vigilantes das agências. Total descaso com a população. Agora, foi a vez da unidade da avenida Tancredo Neves perder o equipamento.

As portas com detectores de metais são essenciais para a proteção das pessoas que circulam nas unidades. Mas, há alguns anos, os bancos negligenciam. A onda é retirar os equipamentos e transformar as

agências tradicionais em lojas, aumentando a insegurança.

As empresas, inclusive o Santander, alegam que os locais não possuem caixas. Mas, escondem que mantêm autoatendimento com numerário e, assim, se abstêm da segurança. O Sindicato estuda medidas. O Santander não pode negligenciar com a segurança de bancários e clientes.

Fonte: Sindicato dos Bancários da Bahia

CCJ aprova projeto que autoriza estados a legislarem sobre armas de fogo

Constitucionalidade da proposta provoca polêmica

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Bilynskyj: “A esquerda quer centralizar num ente único, comunista, a liberdade de defesa do indivíduo”

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, com 34 votos sim e 30 não, um projeto de lei complementar que autoriza os estados e o Distrito Federal a legislarem sobre posse e porte de armas de fogo para defesa pessoal, práticas desportivas e controle de espécies exóticas invasoras (PLP 108/23).

Apresentada pela presidente da CCJ, a deputada Caroline de Toni (PL-SC), a proposta ainda depende de análise do Plenário da Câmara. Pelo texto, as autorizações de porte ou posse concedidas só terão validade local e atenderão apenas a pessoas que comprovadamente residam no estado.

Avaliação do relator

O parecer do relator, deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), foi favorável ao projeto e ao substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

A comissão inclui no texto uma condicionante para permitir que os estados legislem sobre o assunto: o estado deve instituir um sistema de controle de armas integrado ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), mantido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

“A Constituição Federal conferiu à União a competência privativa para legislar sobre direito penal, bem como sobre material bélico, mas verifica-se ser possível que a União delegue competência aos estados para legislar sobre questões específicas atinentes a essas matérias”, avaliou o relator.

Além disso, Bilynskyj argumenta que, por conta das peculiaridades regionais no Brasil, cada estado deve decidir sobre o acesso às armas de fogo para defesa pessoal e tiro desportivo.

Voto em separado

O deputado Patrus Ananias (PT-MG) apresentou voto em separado pela inconstitucionalidade da proposta. De acordo com o parlamentar, a Constituição possibilita que os estados e o DF legislem sobre questões específicas de matéria bélica, mas não permite

que afrontem a legislação federal sobre armas de fogo, o Estatuto do Desarmamento.

“Estados e DF podem complementar residualmente a legislação federal, estabelecendo procedimentos e normas para melhor aplicação da legislação em seus territórios, sem que tenham um cheque em branco para legislar de maneira diversa e/ou avançar sobre matérias que devem observar a legislação nacional”, alegou.

Conforme Patrus, caso a proposta seja aprovada pelos parlamentares, a constitucionalidade do texto será questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). “Nós vamos entrar sim, claro, com o devido encaminhamento legal para impedir um projeto como este, manifestamente contrário à vida e a serviço da violência”, destacou.

Polêmica

A proposta causou polêmica na CCJ, e mais de 20 deputados discutiram a questão por quase quatro horas. Os apoiadores do texto defenderam o direito dos cidadãos de portarem armas de fogo para defesa pessoal, enquanto os críticos argumentaram que mais armas de fogo circulando na sociedade aumentam a violência em vez de ajudarem na segurança da população.

“O projeto simplesmente dá o direito a cada cidadão responsável, de bem, a estar, sim, armado para defender não só a sua vida, a da sua família, o seu patrimônio, inclusive contra as ditaduras que estão implantando neste País”, disse o deputado Éder Mauro (PL-PA).

A deputada Dandara (PT-MG) ressaltou o perigo, para as mulheres, de mais homens estarem em posse de armas de fogo: “Quarenta e três por cento dos autores de feminicídio eram próximos da vítima e as armas de fogo provocaram mais de 2.200 mortes de mulheres no Brasil só no ano passado. Seis feminicídios por dia que foram resultados de armas de fogo”.

Debate jurídico

O deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA) ressaltou que a Constituição deixa claro que é competência exclusiva da União legislar sobre material bélico e que os estados podem legislar apenas sobre questões específicas de material bélico das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.

“O que a norma constitucional está dizendo: que, se autorizado pelo Congresso, o governador do estado pode decidir qual tipo de arma compra para a polícia, pode decidir que tipo de material bélico compra para os bombeiros, não está dizendo que cada estado pode praticar o liberou geral”, frisou.

Ele acrescentou que a Câmara perde tempo discutindo a matéria, já que o STF já deliberou sobre o tema ao analisar diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Ele citou a ADI 5359, que afastou a possibilidade de os estados e dos municípios legislarem sobre material bélico, já que a União já legislou sobre o tema por meio do Estatuto do Desarmamento.

A deputada Caroline de Toni, por sua vez, afirmou que apresentou a proposta justamente por conta das decisões do STF nesse tipo de ação. Segundo ela, o governador de Santa Catarina elaborou projeto para autorizar a caça de javalis no estado, já que os animais destroem plantações, e a constitucionalidade do texto foi questionada no Supremo, que entendeu que falta uma lei complementar para delegar essa competência para os estados.

“O argumento utilizado pelo deputado de esquerda falando que as ações diretas de inconstitucionalidade vão declarar inconstitucional a lei complementar é errônea, porque eles reconhecem que falta uma lei complementar para delegar essa competência”, disse.

Reportagem - Lara Haje

Edição - Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias

TST forma lista tríplice para vaga de ministro destinada à advocacia

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho escolheu nesta segunda-feira (22/4) os nomes dos advogados Adriano Costa Avelino, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves e Roseline Rabelo de Jesus Moraes para integrar a lista tríplice para o preenchimento da vaga aberta na corte com a aposentadoria do ministro Emmanoel Pereira, em outubro de 2022



TST encaminhou ao presidente da República a lista com os três nomes

De acordo com a Constituição Federal, um quinto das vagas do tribunal é destinado a integrantes das carreiras da advocacia e do Ministério Público do Trabalho. Como sempre ocorre no caso das vagas destinadas à advocacia, coube à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) encaminhar ao TST uma lista sêxtupla, que nesta segunda foi reduzida a três nomes.

A lista será encaminhada à Presidência da República para a indicação de um dos nomes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Depois, a pessoa indicada será sabatinada pelo Senado Federal e seu nome será submetido ao Plenário daquela casa legislativa, para posterior nomeação pelo presidente, caso aprovada.

FONTE: assessoria de imprensa do TST.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF